



2º Simulado

# Juiz TRF 3

# Simulado Juiz TRF 3º Região

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do TRF 3º;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TRF3-14-11>**

- |              |              |              |              |               |
|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| 01 – A B C D | 21 – A B C D | 41 – A B C D | 61 – A B C D | 81 – A B C D  |
| 02 – A B C D | 22 – A B C D | 42 – A B C D | 62 – A B C D | 82 – A B C D  |
| 03 – A B C D | 23 – A B C D | 43 – A B C D | 63 – A B C D | 83 – A B C D  |
| 04 – A B C D | 24 – A B C D | 44 – A B C D | 64 – A B C D | 84 – A B C D  |
| 05 – A B C D | 25 – A B C D | 45 – A B C D | 65 – A B C D | 85 – A B C D  |
| 06 – A B C D | 26 – A B C D | 46 – A B C D | 66 – A B C D | 86 – A B C D  |
| 07 – A B C D | 27 – A B C D | 47 – A B C D | 67 – A B C D | 87 – A B C D  |
| 08 – A B C D | 28 – A B C D | 48 – A B C D | 68 – A B C D | 88 – A B C D  |
| 09 – A B C D | 29 – A B C D | 49 – A B C D | 69 – A B C D | 89 – A B C D  |
| 10 – A B C D | 30 – A B C D | 50 – A B C D | 70 – A B C D | 90 – A B C D  |
| 11 – A B C D | 31 – A B C D | 51 – A B C D | 71 – A B C D | 91 – A B C D  |
| 12 – A B C D | 32 – A B C D | 52 – A B C D | 72 – A B C D | 92 – A B C D  |
| 13 – A B C D | 33 – A B C D | 53 – A B C D | 73 – A B C D | 93 – A B C D  |
| 14 – A B C D | 34 – A B C D | 54 – A B C D | 74 – A B C D | 94 – A B C D  |
| 15 – A B C D | 35 – A B C D | 55 – A B C D | 75 – A B C D | 95 – A B C D  |
| 16 – A B C D | 36 – A B C D | 56 – A B C D | 76 – A B C D | 96 – A B C D  |
| 17 – A B C D | 37 – A B C D | 57 – A B C D | 77 – A B C D | 97 – A B C D  |
| 18 – A B C D | 38 – A B C D | 58 – A B C D | 78 – A B C D | 98 – A B C D  |
| 19 – A B C D | 39 – A B C D | 59 – A B C D | 79 – A B C D | 99 – A B C D  |
| 20 – A B C D | 40 – A B C D | 60 – A B C D | 80 – A B C D | 100 – A B C D |

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Nelma Fontana

**01.** O Sindicato de Servidores do Poder Judiciário do estado da Bahia ajuizou ação anulatória de ato administrativo praticado pelo Conselho Nacional de Justiça. Consoante redação da Constituição Federal e segundo posicionamento do Supremo Tribunal, a competência para processar e julgar a ação anulatória é

- a) de juiz federal.
- b) do Superior Tribunal de Justiça.
- c) do Tribunal de Justiça de Goiás.
- d) do Supremo Tribunal Federal.

**02.** Mário é prefeito de Goiânia-GO, no exercício de seu primeiro mandato. Maria é esposa de Mário e não possui mandato eletivo. Márcio, neto de Mário, é vereador de Goiânia-GO, no exercício de seu segundo mandato consecutivo. A respeito da história narrada, indique a alternativa correta.

- a) Mário, nas próximas eleições, só poderá concorrer a prefeito de Goiânia se renunciar ao seu mandato com pelo menos seis meses de antecedência das eleições.
- b) Márcio é inelegível prefeito de Goiânia, em razão do parentesco com Mário, mas poderá concorrer a prefeito de Anápolis-GO, caso preencha os demais requisitos legais, como por exemplo, o domicílio eleitoral na circunscrição para a qual pretende se candidatar.
- c) Maria é inelegível a qualquer cargo dentro do estado de Goiás.
- d) Maria poderá concorrer ao cargo de vereadora de Goiânia, mas não poderá concorrer ao cargo de prefeita da mesma localidade, uma vez que seu esposo é o prefeito, salvo se este renunciar ao seu mandato com mais de seis meses de antecedência das eleições.

**03.** O Governador de Santa Catarina ajuizou arguição de descumprimento de preceito fundamental contra Súmula do Tribunal Superior do Trabalho que assegura ao trabalhador o recebimento de férias em dobro em caso de atraso no pagamento. Segundo o chefe do Executivo estadual, o enunciado da Súmula, de modo geral e abstrato, cria direito não previsto em lei, o que onera os cofres públicos. A respeito da situação narrada, aponte a assertiva correta, conforme redação da Lei 9882/1999 e de acordo com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

- a) A Súmula do Tribunal Superior do Trabalho não poderia ser objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental, por não configurar ato do Poder Público, e sim mera sintetização do entendimento do Tribunal.
- b) Assim como o Governador de Santa Catarina, qualquer pessoa interessada poderia, por meio da ADPF, questionar a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho ao Supremo Tribunal Federal.
- c) Como não há outro meio capaz de combater o enunciado da Súmula que anuncia preceito impositivo no âmbito da Justiça do Trabalho, atendido o pressuposto da subsidiariedade, cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- d) Conquanto caiba arguição de descumprimento de preceito fundamental para atacar enunciado de Súmula, não se verifica, na situação, nenhuma violação a preceito fundamental, uma vez que a própria constituição assegura o pagamento de férias em dobro ao trabalhador na hipótese de atraso.

**04.** João descobriu que Maria, sua esposa, com quem estava casado há vinte anos, mantinha um relacionamento amoroso com José, seu vizinho. Inconformado, movido por profunda tristeza e grande emoção, logo após tomar conhecimento do fato, sacou de sua arma e desferiu dois tiros em Maria, motivo pelo qual a mulher veio a óbito. A respeito do caso narrado, tomando-se por parâmetros o texto constitucional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa incorreta.

- a) A competência para o julgamento do crime praticado por João é do júri.
- b) A Constituição Federal assegura, nos julgamentos perante o júri, a plenitude de defesa, de modo que, em favor do réu, são cabíveis argumentos jurídicos e não jurídicos, inclusive morais, para a formação do convencimento dos jurados, como é o caso da tese da legítima defesa da honra.
- c) A legítima defesa da honra é argumento atécnico e extrajurídico, que de modo cruel, subverte a dignidade humana e afronta a igualdade entre homens e mulheres.
- d) A legítima defesa da honra não está inclusa no instituto da legítima defesa, previsto tanto na Constituição Federal quanto na lei infraconstitucional.

**05.** A respeito do Poder Legislativo, indique a assertiva correta.

- a) Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, o foro por prerrogativa de função conferido aos deputados federais e senadores se aplica apenas a crimes cometidos no exercício do cargo e em razão das funções a ele relacionadas.
- b) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a infidelidade partidária provoca a perda de mandato nas eleições proporcionais e nas eleições majoritárias.

c) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo regimental da Câmara dos Deputados que limita em cinco a criação simultânea de Comissões Parlamentares de Inquérito, pois constitui obstáculo à livre atuação da função fiscalizadora da Casa Legislativa.

d) Em decorrência da imunidade parlamentar, ao Judiciário é vedado, por autoridade própria, aplicar medidas cautelares processuais descritas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

**06.** A respeito do processo legislativo constitucional, aponte a assertiva incorreta.

- a) No processo legislativo de reforma da Constituição Federal, a iniciativa popular está condicionada aos seguintes requisitos cumulativos: a) proposição subscrita por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional; b) representatividade mínima de cinco estados da federação, com pelo menos 0,3% de seus eleitores.
- b) A Constituição estadual não pode criar outras hipóteses de reserva de lei complementar, além daquelas que já são previstas na Constituição Federal.
- c) A Constituição Federal veda a edição de medidas provisórias para regulamentação da exploração dos serviços locais de gás canalizado.
- d) A Constituição Federal veda a reedição, na mesma sessão legislativa, de medidas provisórias rejeitadas, mas essa vedação não se aplica quando a perda da eficácia se dá por decurso de prazo.

**07.** O artigo 29 da Lei 7.210/1984 estabelece que “o trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.” A respeito do tema, considerando o disposto na Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa correta.

- a) O dispositivo legal, ao fixar a remuneração do preso em patamar inferior ao salário mínimo, afrontou norma constitucional que assegura direito do trabalhador.
- b) O preso, no exercício de atividade laboral é equiparado aos demais trabalhadores e faz jus aos direitos prescritos na Consolidação das Leis do Trabalho e no artigo 7º da Constituição Federal.
- c) O dispositivo legal afronta norma constitucional e pode ser combatido por meio de ação direta de inconstitucionalidade, cuja competência originária é do Supremo Tribunal Federal.
- d) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, o patamar mínimo diferenciado de remuneração dos presos previsto no dispositivo legal não representa violação aos princípios da dignidade humana e da isonomia, sendo inaplicável à hipótese a garantia de salário mínimo prevista no artigo 7º, IV, da Constituição Federal.

**08.** Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos contidos no artigo 5º da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria, indique a única alternativa que contém informação correta:

- a) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o percentual mínimo de 30% para candidatura de mulheres que deve ser observado pelos partidos políticos quando do registro de candidaturas deve também ser refletido na distribuição de recursos do Fundo Partidário. Na hipótese de o percentual de candidatas, por partido, superar a trinta por cento, a destinação do Fundo Partidário

deverá guardar proporcionalidade (se 35% de mulheres, 35% do Fundo e assim por diante).

- b) A reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos para negros contida na a Lei 12.990/2014, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, é compatível com o princípio da igualdade material, uma vez que fundada na superação do racismo estrutural e institucional ainda existente na sociedade brasileira.
- c) É inconstitucional a fixação de segunda chamada em etapa de concurso público em razão de situações pessoais do candidato, porque a impessoalidade e o interesse público devem reger a Administração Pública. Dessa forma, candidatas gestantes não terão direito à remarcação de exame de aptidão física em concurso público.
- d) O exame psicotécnico poderá ser exigido como condição de habilitação de candidato a cargo público, sendo suficiente estar previsto no edital como etapa avaliativa.

**09.** A respeito da ação direta de inconstitucionalidade (ADI), conforme redação da Lei 9.868/1999, analise os itens e em seguida indique a assertiva correta.

- I. A ADI não admite desistência, uma vez que não há direito subjetivo questionado.
- II. No processo de ação direta de inconstitucionalidade, não se admite intervenção de terceiros, exceto a modalidade especial *amicus curiae*.
- III. No processo da ADI, tanto o Advogado-Geral da União quanto o Procurador-Geral da República serão ouvidos, cada qual no prazo de dez dias.
- IV. Não se admite recurso da decisão que declara a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo em ação direta de inconstitucionalidade.

É verdadeiro somente o que se afirma em

- a) I e IV.
- b) II, III e IV.
- c) II e III.
- d) I, II e IV.

**10.** A respeito das Funções essenciais à Justiça, indique a alternativa INCORRETA.

b) A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público e da Defensoria Pública.

a) Segundo posicionamento doutrinário majoritário, o Ministério Público, por ser instituição permanente destinada a defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, não pode ser extinto nem mesmo por emenda à Constituição.

c) Vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio são garantias constitucionais de magistrados, membros do Ministério Público e defensores públicos. Servidores de carreira da advocacia pública não são vitalícios, mas apenas estáveis, após três anos de exercício.

d) A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional representa a União na execução da dívida ativa de natureza tributária.

## DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Felipe Cavalcanti

**11.** A respeito do benefício de prestação continuada previsto na lei n. 8.742/93, assinale a alternativa incorreta:

a) Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo.

b) O benefício previdenciário concedido a idoso acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade não

será computado para fins de concessão do benefício de prestação continuada a outro idoso da mesma família.

c) O benefício de prestação continuada será devido a mais de um membro da mesma família enquanto atendidos os requisitos previstos em lei.

d) O benefício de prestação continuada concedido a pessoa com deficiência não será computado, para fins de concessão do benefício de prestação continuada, a outra pessoa com deficiência da mesma família.

**12.** A propósito das alterações promovidas pela Emenda Constitucional n. 103/19, considere as seguintes proposições:

I – A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.

II – Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

III - Quando houver déficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas do serviço público poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário-mínimo.

IV – A seguridade social observará a diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.

Ante o exposto, pode-se afirmar que:

**Simuldo Juiz TRF 3º região - 14/11/2021**

- a) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas

**13.** No que tange à aposentadoria especial do servidor público federal com ingresso posterior à EC 103/19, assinale a alternativa correta.

- a) Considerando que a aposentadoria especial do servidor público ainda não foi regulamentada, as regras previstas na lei n. 8.213/91 serão aplicáveis ao servidor público federal, conforme estabelece a Súmula Vinculante n. 33 do Supremo Tribunal Federal.
- b) Para fazer jus à aposentadoria especial, o servidor deverá comprovar 15, 20 ou 25 anos de atividade com efetiva exposição a agentes químicos, físicos ou biológicos prejudiciais à saúde.
- c) Não haverá distinção nos requisitos etários e contributivos em razão do sexo do servidor público federal.
- d) Não se exige tempo mínimo no cargo público para a concessão da aposentadoria especial, sendo admitida a contagem recíproca entre atividades especiais no serviço público e na iniciativa privada.

**14.** A aposentadoria voluntária do professor que tenha ingressado no serviço público federal após a EC 103/19:

- a) Dar-se-á aos 60 anos de idade com 25 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, para ambos os sexos.
- b) Dar-se-á aos 60 anos de idade com 30 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, se homem.

- c) Dar-se-á aos 55 anos de idade com 30 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, se mulher.
- d) Dar-se-á aos 62 anos de idade, se mulher, ou aos 65 anos de idade, se homem, com 25 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo, no caso dos professores universitários.

---

**DIREITO PENAL****Michael Procópio**

**15.** Assinale a alternativa correta:

- a) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais e civis da sentença condenatória
- b) A lei que vier a prejudicar a situação do réu, seja aumentando a pena, seja ampliando o prazo prescricional, por exemplo, não pode retroagir para alcançar o fato criminoso ocorrido anteriormente.
- c) A lei mais benigna para o réu deve ser aplicada se o ato foi praticado na sua vigência, desde que ela integre o ordenamento jurídico quando ele for condenado.
- d) Em caso de crime permanente, havendo sucessão de leis penais no tempo, caso a execução prossiga, ultrapassando o início de vigência da nova lei, esta deve ser aplicável apenas se favorável.

**16.** Relativamente aos princípios penais, é correto afirmar que:

- a) O devido processo legal substancial consiste no respeito às normas processuais, isto é, às regras e aos princípios que orientam e determinam o procedimento penal, desde o oferecimento da denúncia ou queixa até o trânsito em julgado, abarcando, posteriormente, a execução da pena ou da medida de segurança.
- b) A afirmação de que o Direito Penal deve se dedicar exclusivamente à proteção dos bens jurídicos mais importantes para a sociedade amolda-se ao conceito do princípio da adequação social.
- c) Segundo o princípio da autorresponsabilidade, os danos sofridos por alguém em virtude de seu comportamento livre, consciente e responsável só podem ser a ele imputados, bem como a quem os tenha motivado.
- d) Decorrem do princípio da legalidade o princípio da anterioridade, que preconiza que a lei penal deve ser anterior para incidir sobre o fato, bem como o princípio da reserva legal, que determina que deve haver lei formal para a previsão de crimes e contravenções penais.

**17.** Quantos às imunidades, é correto afirmar que:

- a) São doutrinariamente conceituados como privilégios em relação à aplicação da lei penal concedidos a algumas pessoas em virtude da função que exercem, razão pela qual devem se estender ao parlamentar licenciado do cargo.
- b) A imunidade diplomática absoluta abrange chefes de governo e de Estado estrangeiro, sua família e comitiva; agentes diplomáticos (embaixador e funcionários); família dos agentes diplomáticos; funcionários das organizações internacionais; e cônsules.
- c) As imunidades parlamentares relativas, também chamadas de processuais ou formais, abrangem

as garantias relativas ao processo, à prisão, à prerrogativa de foro e ao dever de testemunhar.

- d) O advogado tem imunidade profissional, não constituindo injúria, difamação ou desacato puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele, sem prejuízo das sanções disciplinares perante a OAB, pelos excessos que cometer.

**18.** Quanto à Teoria Geral do Crime, é correto afirmar que:

- a) De acordo com o entendimento adotado pelos Tribunais Superiores, só é possível a responsabilização penal da pessoa jurídica por crime de forma conjunta com uma pessoa física.
- b) Não há crime sem objeto material, mas existem crimes sem objeto jurídico.
- c) Em relação ao resultado, o Código Penal se adéqua à teoria naturalística, conforme doutrina amplamente majoritária.
- d) O substrato subjetivo do bem jurídico consiste no interesse que determinado bem da vida, um bem existencial, possui para o ser humano.

**19.** Acerca das excludentes de ilicitude, é correto afirmar que:

- a) A ausência do requisito da inexigibilidade do sacrifício afasta o estado de necessidade, mas em alguns casos pode reduzir a pena de um a dois terços.
- b) De acordo com o ordenamento jurídico vigente, é possível ocorrer a legítima defesa recíproca, a legítima defesa sucessiva e a legítima defesa putativa recíproca.
- c) É cabível a invocação da legítima defesa contra exercício regular do direito.
- d) A excludente do estrito cumprimento do dever legal se estende apenas aos coautores do fato.



20. Assinale a alternativa correta:

- a) As causas excludentes da culpabilidade que se referem à falta de potencial consciência da ilicitude são as hipóteses de inimputabilidade.
- b) Se o agente era ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, poderá ter a pena reduzida de um a dois terços.
- c) Para a aferição da culpabilidade, o Código Penal adota sempre o critério biopsicológico, que determina que a imputabilidade deve ser constatada a partir da capacidade de entendimento e autodeterminação da pessoa, isto é, de sua capacidade de compreender o caráter ilícito do fato e de se comportar de acordo com esse entendimento.
- d) Ainda que o desconhecimento da existência da lei não exclua a culpabilidade em relação à prática de um crime, deve ser considerado na segunda fase da dosimetria, atenuando a pena do agente.

21. De acordo com a jurisprudência sumulada dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- a) A sentença concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, não ensejando qualquer efeito condenatório, nem mesmo os efeitos extrapenais.
- b) Há extinção da punibilidade do agente que efetua o pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia.
- c) Compete ao Juízo das execuções a aplicação de lei mais benigna, desde que não tenha transitado em julgado a sentença condenatória.
- d) O indulto e a graça extinguem os efeitos primários e secundários extrapenais da

condenação, mas não atinge os efeitos secundários extrapenais.

### **LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL**

Ivan Marques

22. Qual das regras abaixo não faz parte da literalidade da Lei 9.605/98 (legislação penal ambiental):

- a) a responsabilidade penal dos entes coletivos.
- b) a *sursis* para delitos com pena de até 3 anos.
- c) a dissolução forçada de pessoa jurídica.
- d) o baixo grau de escolaridade do agente como isenção de pena.

23. Em relação ao crime de tortura, assinale a alternativa correta.

- a) Em virtude do princípio da especialidade, aplica-se o crime descrito no art. 233 do Estatuto da Criança e do Adolescente se a vítima da tortura for criança.
- b) O condenado por crime de tortura poderá perder o cargo, função ou emprego público, desde que este efeito seja expressamente declarado na sentença.
- c) Independente do local do delito, a tortura sempre será processada e julgada na Justiça Federal.
- d) Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, em razão de discriminação racial ou religiosa, configura crime de tortura, delito esse equiparado a hediondo.

**Simuldo Juiz TRF 3º região - 14/11/2021**

24. Indique a alternativa compatível com a lei de transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima, atualizada com a Lei Anticrime.
- a) O juízo federal de execução penal não será competente para as ações de natureza penal que tenham por objeto infrações penais de competência da justiça comum estadual ocorridas no interior do estabelecimento penal federal.
  - b) Serão incluídos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima aqueles para quem a medida se justifique no interesse do próprio preso provisório.
  - c) Os estabelecimentos penais federais de segurança máxima deverão dispor de monitoramento de áudio e vídeo nas celas, no parlatório e nas áreas comuns, para fins de preservação da ordem interna e da segurança pública, vedado seu uso no atendimento advocatício.
  - d) O preso será incluído no sistema penitenciário federal sem definição de prazo de permanência.

---

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

---

Leonardo Tavares

25. Em relação às provas no processo penal, assinale a alternativa correta.
- a) A confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.
  - b) Segundo a jurisprudência do STF, é admitida a condução coercitiva do acusado para o seu interrogatório, desde que se resguarde o seu direito ao silêncio.
  - c) O Código de Processo Penal não admite a acareação entre acusado e ofendido, na medida em que seria natural a divergência dos seus relatos.

d) São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, mesmo que desobrigadas pela parte interessada.

26. O conflito de competência surge quando dois ou mais magistrados pretendem, ou não, officiar num mesmo processo. Assinale a alternativa correta.

- a) No caso de dois ou mais juízes se considerarem competentes para julgar o caso, estar-se-ia diante de inexistência de conflito de competência, prevalecendo a regra da antiguidade na carreira.
- b) O conflito de competência somente pode ser suscitado pela defesa, voltado sempre a preservar os interesses do réu, por efeito do princípio do *favor rei*.
- c) O Tribunal de Justiça do Estado onde o processo foi distribuído primeiramente é competente para julgar conflito de competência estabelecido entre juízes vinculados a tribunais diversos.
- d) Compete ao Tribunal Regional Federal decidir os conflitos de competência entre juizado especial federal e juízo federal da mesma seção judiciária.

27. Em relação às provas no âmbito do processo penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Durante o curso do processo judicial, é permitido às partes requerer a oitiva dos peritos para esclarecerem a prova ou para responderem a quesitos, desde que o mandado de intimação e os quesitos ou questões a serem esclarecidas sejam encaminhados com antecedência mínima de 10 (dez) dias.
- b) Não sendo possível o exame de corpo de delito em virtude do desaparecimento dos vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- c) Quando for importante para a instrução criminal, em crimes hediondos, o réu pode ser submetido

**Simuldo Juiz TRF 3º região - 14/11/2021**

compulsoriamente a procedimento invasivo de prova, estando compelido a colaborar.

- d) Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, facultado às partes acompanhar o incidente.

**28.** Assinale a alternativa correta em relação à competência no processo penal.

- a) No caso de conexão ou continência, entre jurisdições da mesma categoria, a competência será definida pelo local em que instaurado o primeiro processo.
- b) Se forem instaurados processos diferentes apesar da conexão ou da continência, a jurisdição competente deverá avocar aqueles que tenham sido ajuizados nas incompetentes, salvo se já estiverem com sentença definitiva. Neste caso, deverá remeter os autos para o juízo que já proferiu sentença, o qual se tornou prevento.
- c) A competência por prerrogativa de função não se aplica quando o inquérito policial ou a ação penal tenham sido iniciados por crime cometido após o fim do exercício da função pública pelo agente.
- d) Se não for conhecido o local da infração, a competência será definida pelo local de residência do réu. Contudo, se não for conhecido o paradeiro do réu, a competência será do juízo do lugar de residência da vítima.

**29.** Sobre a restituição de coisas apreendidas, assinale a alternativa correta:

- a) A restituição, por constituir ato privativo da autoridade judicial, não poderá ser ordenada pela autoridade policial, ainda que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.
- b) Em caso de dúvida sobre quem seja o verdadeiro dono, o juiz remeterá as partes para o juízo cível, ordenando o depósito das coisas em mãos de

depositário ou do próprio terceiro que as detinha, se for pessoa idônea.

- c) Por se tratar de questão secundária, distinta do objeto da demanda acusatória, dispensa-se a prévia oitiva do Ministério Público nos pedidos de restituição.
- d) Os instrumentos do crime, se a perda for decretada em favor da União, bem como as demais coisas confiscadas, deverão ser inutilizados, sendo vedado que tais instrumentos ou coisas recebam qualquer outra destinação.

**30.** No que diz respeito à disciplina estrita do CPP em relação às provas, assinale a alternativa correta.

- a) Documentos em língua estrangeira só poderão ser juntados aos autos após obrigatoriamente traduzidos por tradutor público ou pessoa idônea nomeada pela autoridade, velando-se pela transparência e pela comunhão da prova.
- b) Por documento se entende apenas o escrito, em papel, produzido ou subscrito por particular.
- c) À fotografia do documento, devidamente autenticada, se dará o mesmo valor do original.
- d) Os documentos particulares, para servirem como provas hábeis, deverão necessariamente ser submetidos a exame pericial.

**31.** De acordo com o disposto no Código de Processo Penal, a prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz, de ofício:

- a) negar a realização de exame de corpo de delito, quando desnecessário ao esclarecimento da verdade.
- b) ordenar, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida.

- c) determinar, no curso da instrução, até antes das alegações finais, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- d) indeferir pergunta realizada a testemunha, sempre que verificada a repetição de pergunta já feita a outra ouvida anteriormente.

**32.** Serafim, ao ser abordado por autoridade policial enquanto se deslocava em via pública, atribuiu-se falsamente função pública, afirmando estar a caminho da Agência do INSS de Goiânia a trabalho. Posteriormente, descobriu-se ser Serafim responsável pelo cometimento de delito de roubo ocorrido nas proximidades, sendo promovido inquérito policial e oferecida denúncia pelo Ministério Público Estadual. Sobreveio sentença proferida pelo Juiz Estadual, condenando-o pela prática do delito de roubo e da contravenção penal de fingir ser funcionário público federal, tendo o processo transitado em julgado. Em relação ao presente caso hipotético, é correto afirmar:

- a) Serafim deveria ter sido denunciado pelo delito de usurpar o exercício de função pública previsto no artigo 328 do Código Penal e o julgamento deveria ter ocorrido na Justiça Federal.
- b) A competência para processo e julgamento era da Justiça Federal, em razão de o agente ter se intitulado como funcionário público federal, consequentemente, são nulas as decisões proferidas.
- c) A contravenção penal cometida em detrimento de interesses da União deveria ter sido objeto de processo e julgamento na Justiça Federal, com desmembramento do processo e julgamento do delito de roubo na Justiça Estadual.
- d) A competência para processo e julgamento de ambas as infrações é da Justiça Estadual, pois a Justiça Federal não detém competência para processo e julgamento de contravenções penais.

## **DIREITO ECONÔMICO E CONSUMIDOR**

Igor Maciel

- 33.** Celso contratou um cartão de crédito da operadora X. No mês de outubro de 2021, Celso não efetuou o pagamento da fatura do cartão, pois discordava de algumas despesas lançadas, tendo contestado o valor cobrado. Diante disso, a operadora realizou o débito automático do valor mínimo de pagamento em sua conta corrente. Esse depósito do valor mínimo foi feito com base em uma cláusula prevista no seu contrato de cartão de crédito, que dispõe: "14.1 - Na hipótese do não pagamento da fatura mensal no dia do seu vencimento, o titular, quando correntista do emissor, desde logo autoriza que o valor equivalente ao pagamento mínimo nela estipulado, seja levado a débito em sua conta corrente de depósito à vista, desde que esta possua saldo disponível suficiente para acatá-lo." Tomando ciência da existência dessa cláusula nos contratos bancários, o Ministério Público ajuizou ação civil pública contra a operadora alegando que essa cláusula seria abusiva e requerendo que ela não mais fosse aposta nos contratos de cartão de crédito. Acerca dos fatos narrados, é correto afirmar:
- a) A ação deve ser extinta sem resolução de mérito, pois o Ministério Público não tem legitimidade ativa para atuar na causa, uma vez que se trata de defesa de direitos individuais homogêneos dos consumidores, decorrentes da prestação de serviço público.
  - b) Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é abusiva a cláusula do contrato de cartão de crédito que autoriza a operadora, em caso de inadimplemento, a debitar na conta-corrente do titular o pagamento do valor mínimo da fatura, ainda que contestadas as despesas lançadas.
  - c) O Código de Defesa do Consumidor veda expressamente ao fornecedor de produto ou serviço que envolva crédito, realizar ou proceder à cobrança ou ao débito em conta de qualquer

quantia que houver sido contestada pelo consumidor em compra realizada com cartão de crédito ou similar, enquanto não for adequadamente solucionada a controvérsia, desde que o consumidor haja notificado a administradora do cartão com antecedência de pelo menos 10 (dez) dias contados da data de vencimento da fatura.

d) A atuação do Ministério Público no caso deve-se à tutela de direitos coletivos em sentido estrito, pois o fato alcança determinado número de pessoas, ligadas por uma origem comum e com um objeto determinado.

**34.** Acerca da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, à luz da jurisprudência, é correto afirmar:

- a) No contrato de compra e venda de insumos agrícolas, o produtor rural pode ser considerado destinatário final, razão pela qual, nesses casos, incide o Código de Defesa do Consumidor.
- b) O investidor, ao adquirir ações no mercado imobiliário visando o recebimento de lucros e dividendos, está abrangido pela proteção do CDC, pois, na atividade de aquisição de ações, identifica-se prestação de serviço por parte da instituição financeira, havendo sim uma relação de consumerista.
- c) A fiança bancária acessória a um contrato administrativo também representa uma relação de consumo, uma vez a contratação dessa garantia decorre da liberdade de contratar, e não de supremacia que a lei confere à Administração Pública nos contratos administrativos.
- d) É possível aplicar o Código de Defesa do Consumidor ao adquirente de unidade imobiliária, mesmo não sendo o destinatário final do bem e apenas possuindo o intuito de investir ou auferir lucro, se tiver agido de boa-fé e não detiver conhecimentos de mercado imobiliário nem expertise em incorporação, construção e

venda de imóveis, sendo evidente a sua vulnerabilidade.

**35.** O Código de Defesa do Consumidor prevê expressamente diversas práticas consumeristas que são consideradas abusivas. Dentre elas, não se inclui:

- a) condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos.
- b) recusar atendimento às demandas dos consumidores, fora de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes.
- c) executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.
- d) colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).

---

## DIREITO CIVIL

Gustavo Arruda

**36.** Em nosso ordenamento, são considerados absolutamente incapazes:

- a) os deficientes mentais, que não puderem exprimir sua vontade.
- b) os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
- c) os pródigos.
- d) Os menores de 16 anos.

**37.** São pessoas jurídicas de direito público interno:

- a) os partidos políticos.
- b) as associações públicas.
- c) as organizações religiosas.
- d) as organizações internacionais.

**38.** Sobre os bens principais e acessórios, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Acessório é o bem que existe sobre si, abstrata ou concretamente; principal, aquele cuja existência supõe a do principal
- b) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem também as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.
- c) São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam ao aformoseamento de outro.
- d) Enquanto não separados do bem principal, os frutos e produtos não podem ser objeto de negócio jurídico.

**39.** Sobre a teoria geral do negócio jurídico, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A incapacidade relativa de uma das partes não aproveita aos co-interessados capazes, salvo se for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- b) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico mesmo se for relativa e se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- c) A validade da declaração de vontade nunca dependerá de forma especial.
- d) A escritura pública será sempre essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos pessoais sobre imóveis de

valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.

**40.** Sobre as invalidades, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Se o negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro, subsistirá quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade.
- b) O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, mesmo em prejuízo a direito de terceiro.
- c) O ato de confirmação do negócio anulável deve conter a substância do negócio celebrado, mas dispensa a vontade expressa de mantê-lo.
- d) É indispensável a confirmação expressa, mesmo quando o negócio já foi cumprido em parte pelo devedor, ciente do vício que o inquinava.

**41.** Sobre as modalidades das obrigações, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A obrigação de dar coisa certa sempre abrange os acessórios dela, mesmo que o contrário resulte do título ou das circunstâncias do caso.
- b) Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- c) Se a obrigação for de restituir coisa incerta, e esta, com culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda; mas a obrigação não se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.
- d) Se a coisa se perder sem culpa do devedor, responderá este mesmo assim pelo equivalente, mais perdas e danos.

**42.** Sobre a cessão de crédito e a assunção de dívida, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O credor pode ceder o seu crédito, desde que tenha o consentimento expresso do devedor, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor. Por outro lado, é facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, mesmo sem o consentimento expresso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele, ao tempo da assunção, era insolvente e o credor o ignorava.
- b) Salvo disposição em contrário, na cessão de um crédito não se abrangem os seus acessórios.
- c) A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita.
- d) Não se consideram extintas as garantias especiais originariamente dadas ao credor, a partir da assunção da dívida, mesmo com o assentimento expresso do devedor primitivo.

**43.** A venda com reserva de domínio:

- a) É uma espécie garantia que pode ser aplicada também para imóveis.
- b) Depende da estipulação por escrito e não de registro.
- c) A transferência de propriedade ao comprador dá-se no momento em que o preço esteja integralmente pago. Todavia, pelos riscos da coisa, segue-se o brocardo *res perit domino*.
- d) O vendedor somente poderá executar a cláusula de reserva de domínio após constituir o comprador em mora, mediante protesto do título ou interpelação judicial.

**44.** Assinale a alternativa correta sobre o mútuo:

- a) O mútuo é o empréstimo de coisas não fungíveis. O mutuário é obrigado a restituir ao mutuante a mesma coisa que dele recebeu, ainda que de outro gênero, qualidade e quantidade.
- b) O mútuo transfere o domínio da coisa emprestada ao mutuário.
- c) O mútuo, mesmo quando feito a pessoa menor sem a prévia autorização daquele sob cuja guarda estiver, pode ser reavido do mutuário e de seus fiadores.
- d) O mutuante não pode exigir garantia da restituição, se isso não foi pactuado previamente e por escrito entre as partes, mesmo se, antes do vencimento, o mutuário sofrer notória mudança em sua situação econômica.

**45.** Sobre a responsabilidade civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O incapaz pode ser chamado a responder pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes. Contudo, neste caso, a indenização deverá ser arbitrada por equidade e não terá lugar se privar do necessário o incapaz ou as pessoas que dele dependem.
- b) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem deve reaver o que houver pago daquele por quem pagou, mesmo que o causador do dano seja descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.
- c) O credor pode demandar o devedor antes de vencida a dívida, mesmo sem permissão legal, e poderá optar entre esperar o tempo que faltava para o vencimento e descontar os juros correspondentes.
- d) Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvas, receberá o dobro do que houver cobrado e, em caso de improcedência, o equivalente do que houver exigido, salvo se houver prescrição.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Rodrigo Vaslin

**46.** No que se refere à gratuidade da justiça, marque a alternativa correta:

- a) Enquanto a mera declaração da pessoa física possui presunção de necessidade, a pessoa jurídica precisa demonstrar seu estado de hipossuficiência.
- b) A assistência por advogado impede a concessão da gratuidade de justiça.
- c) Não se admite a concessão de gratuidade parcial, de modo que ela só pode ser concedida se englobar todos os atos processuais.
- d) Se o vencido for beneficiário da justiça gratuita, será condenado em custas, despesas processuais e honorários, mas a exigibilidade de tais parcelas ficará suspensa pelo prazo de 2 anos, devendo o credor demonstrar, nesse período, a mudança da situação fática que permita o sujeito arcar com tais verbas.

**47.** Acerca dos deveres das partes e de seus procuradores, assinale a alternativa correta, nos termos do Código de Processo Civil de 2015:

- a) As partes têm o dever de expor os fatos conforme a verdade, mas este dever não atinge os demais participantes do processo.
- b) A formulação de pretensão destituída de fundamento constitui ato atentatório à dignidade da justiça, devendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável multa de até vinte por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta.
- c) O representante judicial da parte pode ser compelido a cumprir decisão em seu lugar.
- d) As partes, seus procuradores e todos aqueles que de qualquer forma participem do processo têm o dever de cumprir com exatidão as decisões

jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação.

**48.** Sobre o impedimento e a suspeição, marque a alternativa incorreta:

- a) De acordo com os tribunais superiores, as hipóteses de impedimento e suspeição são exemplificativas.
- b) Uma vez reconhecida a suspeição e/ou impedimento, os atos decisórios serão nulos. A diferença é que se a suspeição (nulidade relativa) não for atacada, ela se convalida, o que não ocorre com o impedimento. Se houver impedimento (nulidade absoluta), mesmo com o trânsito em julgado, o vício não se convalida, podendo ser suscitado em ação rescisória.
- c) A declaração pelo magistrado de suspeição por motivo superveniente não tem efeitos retroativos, não importando em nulidade dos atos processuais praticados em momento anterior ao fato ensejador da suspeição.
- d) Não há impedimento, nem suspeição de ministro, nos julgamentos de ações de controle concentrado, exceto se o próprio ministro firmar, por razões de foro íntimo, a sua não participação.

**49.** Em relação aos poderes, deveres e à responsabilidade do juiz, é correto afirmar:

- a) Quando houver lacuna ou obscuridade no ordenamento jurídico, caberá ao juiz remeter as partes ao juízo arbitral, de ofício ou a requerimento da parte.
- b) Não é possível ao juiz diminuir ou dilatar os prazos processuais, que são peremptórios.
- c) Cabe ao juiz determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.



**Simuldo Juiz TRF 3º região - 14/11/2021**

d) O julgamento por equidade, no atual ordenamento processual civil, tornou-se regra geral, em busca da melhor realização da justiça.

**50.** Sobre o litisconsórcio, assinale a alternativa correta:

- a) No litisconsórcio unitário pode haver decisões distintas para os litisconsortes.
- b) O litisconsórcio será sempre inicial, contemporâneo à formação do processo, não se admitindo o litisconsórcio ulterior.
- c) Todo litisconsórcio unitário é necessário, tendo em vista não permitir decisões distintas para os litisconsortes.
- d) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.

**51.** Assinale a alternativa correta:

- a) São fontes do litisconsórcio a comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide, a conexão pelo pedido ou pela causa de pedir e a afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.
- b) As hipóteses de litisconsórcio necessário são obrigatoriamente previstas em lei.
- c) O juiz pode limitar o número de litisconsortes, em qualquer hipótese, na fase de conhecimento, liquidação de sentença ou execução.
- d) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores o prazo para recorrer é contado em dobro, ainda que somente um deles tenha sucumbido.

**52.** Sobre a denunciação da lide, julgue os itens a seguir:

I. Mesmo apresentada fora do prazo, a denunciação da lide feita pelo réu pode ser admitida se o denunciado comparece apenas para contestar o pedido do autor.

II. Admite-se uma única denunciação sucessiva, promovida pelo denunciado, contra seu antecessor imediato na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo, não podendo o denunciado sucessivo promover nova denunciação, hipótese em que eventual direito de regresso será exercido por ação autônoma.

III. É cabível denunciação da lide dos fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles.

IV. Se o denunciante for vencedor, a ação de denunciação não terá o seu pedido examinado, sem prejuízo da condenação do denunciante ao pagamento das verbas de sucumbência em favor do denunciado.

Estão corretos:

- a) I, II e IV
- b) I e IV
- c) II e III
- d) Apenas II

**53.** Acerca do incidente de descon sideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa incorreta:

- a) O incidente de descon sideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.
- b) Caso a instauração do incidente seja requerida na petição inicial, o sócio ou a pessoa jurídica serão citados e, posteriormente, o processo será suspenso.
- c) Aplicam-se as disposições do CPC previstas nos artigos 133 a 137 às hipóteses de descon sideração indireta e expansiva da personalidade jurídica.

d) É possível a instauração desse incidente no âmbito dos juizados especiais.

**54.** Em relação aos negócios jurídicos processuais, assinale a alternativa correta:

a) A indisponibilidade do direito material não impede, por si só, a celebração de negócio jurídico processual.

b) O art. 190 autoriza que as partes tanto convençionem sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, mas não que estipulem mudanças no procedimento.

c) Ainda que haja a fixação de calendário processual, as partes continuarão sendo intimadas dos atos processuais.

d) De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções relativas aos negócios jurídicos processuais, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão.

**55.** Em relação aos prazos, assinale a alternativa correta:

a) Prazos impróprios são aqueles cujo decurso não acarreta a perda da possibilidade de praticar o ato.

b) O prazo judicial é fixado em lei.

c) Não havendo prazo legal e não tendo o juiz assinado o prazo, deverá ser o ato praticado em quinze dias.

d) O horário vigente no juízo perante o qual o ato deve ser praticado não é considerado para fins de atendimento do prazo.

## **DIREITO EMPRESARIAL**

Alessandro Sanchez

**56.** Sobre os seguintes títulos de crédito, é correto afirmar que

a) A duplicata não aceita deve ser protestada para que haja pretensão executiva contra o devedor principal.

b) na Cédula de Produto Rural física, o endossante responde pela entrega do produto.

c) no cheque, o endosso parcial é admitido, desde que aposto de maneira inequívoca no título.

d) nos títulos atípicos, é vedado o pagamento parcial da soma constante do título.

**57.** Sobre as sociedades limitadas, assinale a alternativa correta.

a) É possível que as quotas possuam valores desiguais.

b) As omissões do seu regime legal são, em qualquer hipótese, supridas pelas normas de sociedades anônimas.

c) A aprovação de exclusão de sócio deve levar em consideração a unanimidade de sócios.

d) Qualquer sócio minoritário pode eleger, separadamente, um membro do conselho fiscal.

**58.** Assinale a alternativa correta.

a) O conselho de administração é órgão obrigatório em todas as companhias.

b) O exercício do direito a voto na companhia pode ser regulado em acordo de acionistas.

c) Na sociedade por ações, a responsabilidade dos acionistas será limitada ao valor de emissão das ações subscritas, e responderão solidariamente pela integralização do capital.

d) Na sociedade limitada, a responsabilidade é subsidiária para a integralização do capital.

59. Sobre o regime de franquia empresarial, é correto afirmar que

- a) a cláusula “*del credere*” poderá ser utilizada em favor do franqueador.
- b) a cláusula compromissória de arbitragem é proibida para a modalidade.
- c) o foro competente para a solução de controvérsias relativas aos contratos de franquia é obrigatoriamente aquele da sede do franqueador.
- d) pode ser adotado por empresa privada, empresa estatal ou entidade sem fins lucrativos.

60. Sobre os seguintes contratos empresariais, é correto afirmar que

- a) a cláusula “*del credere*” é típica dos contratos de franquia empresarial.
- b) O agenciado não pode cumular a função de distribuidor nos contratos de agência regidos pelo código civil.
- c) nas locações em shopping centers, o locador pode recusar a renovação se o imóvel vier a ser utilizado por ele.
- d) a concessão de venda de automóveis inclui, necessariamente, o uso gratuito de marca da concedente, como identificação.

61. Sobre o estabelecimento, é correto afirmar que

- a) sua alienação será ineficaz se não restarem ao alienante bens suficientes para solver seu passivo, independentemente do consentimento dos credores.
- b) salvo disposição expressa em contrário, é vedado ao titular do estabelecimento fazer concorrência ao arrendatário ou usufrutuário durante o prazo do contrato.
- c) no caso de sua alienação, em regra, o alienante não poderá fazer concorrência ao adquirente por 3 anos.
- d) no caso de sua alienação, o alienante permanece solidariamente obrigado pelo prazo

de dois anos, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.

---

## DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

---

Matheus Pontalti

62. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Os partidos políticos, assim como suas fundações, possuem imunidade tributária com relação aos impostos, desde que atendidos os requisitos legais.
- b) São imunes com relação aos impostos as entidades sindicais dos trabalhadores e dos empregadores, desde que atendidos os requisitos legais.
- c) A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos pelo art. 150, VI, “c”, da Constituição, somente alcança as entidades fechadas de previdência social privada se não houver contribuição dos beneficiários.
- d) Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, “c”, da Constituição Federal, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.

63. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária são reservadas à lei complementar.
- b) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- c) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

**Simuldo Juiz TRF 3º região - 14/11/2021**

d) É inconstitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal.

**63.** Assinale a alternativa incorreta de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

a) O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.

b) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.

c) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

d) A denúncia espontânea não resta configurada na hipótese em que o contribuinte, após efetuar a declaração parcial do débito tributário (sujeito a lançamento por homologação) acompanhado do respectivo pagamento integral, retifica-a (antes de qualquer procedimento da Administração Tributária), noticiando a existência de diferença a maior, cuja quitação se dá concomitantemente.

**64.** Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário, assinale a alternativa incorreta.

a) A enumeração das garantias atribuídas pelo CTN ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram.

b) Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que

promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.

c) São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.

d) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário definitivamente constituído.

**65.** Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

a) É constitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.

b) É compatível com a Constituição Federal a norma infraconstitucional que atribui a órgão integrante do Poder Executivo da União a faculdade de alterar as alíquotas do Imposto de Exportação.

c) A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU não prescinde da edição de lei em sentido formal, exigência que somente se pode afastar quando a atualização não excede os índices inflacionários anuais de correção monetária.

d) Declarada inconstitucional a progressividade de alíquota tributária, o fato gerador não incide, em razão da falta de um dos elementos essenciais da regra-matriz tributária.

**66.** Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.
- b) Apenas os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT em regime de monopólio estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca.
- c) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.
- d) A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se ao livro eletrônico (e-book), inclusive aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo.

**67.** Assinale a alternativa incorreta.

- a) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
- b) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato da alienação.
- c) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.

d) Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da comprovação de dolo ou culpa.

**68.** Sobre o princípio da anterioridade, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Princípio da anterioridade tem origem no antigo princípio da anualidade, não mais vigente no direito brasileiro. Pelo princípio da anualidade, a cobrança de um tributo estava condicionada à prévia autorização orçamentária.
- b) Há duas modalidades de anterioridade prevista no texto constitucional: a anterioridade anual ou anterioridade de exercício, prevista no artigo 150, inciso III, alínea b; e a anterioridade nonagesimal ou noventena, prevista no artigo 150, inciso III, alínea c e no § 6º do artigo 195 da Constituição Federal.
- c) Todos os tributos que aparecem como mitigações ao princípio da legalidade também são exceções ao princípio da anterioridade anual.
- d) Todos os tributos que aparecem como exceções ao princípio da anterioridade anual são também mitigações ao princípio da legalidade.

**69.** De acordo com a jurisprudência do STJ, é incorreto afirmar que:

- a) O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro.
- b) A compensação de créditos tributários não pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória.
- c) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.
- d) A discussão judicial da dívida, embora não suspensa, por si só, a exigibilidade do crédito, nos

termos do art. 151 do CTN, impede a inclusão do nome do devedor no CADIN.

**70.** Sobre legislação tributária, assinale a alternativa correta:

- a) A expressão "legislação tributária" compreende apenas as leis, os tratados e as convenções internacionais, bem como as demais fontes primárias.
- b) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros. Os fatos geradores pendentes são regulados pela lei pretérita, se mais benéfica ao sujeito passivo.
- c) A lei interpretativa pode retroagir quando for interpretativa, desde que mais benéfica ao sujeito passivo.
- d) O Decreto do Presidente da República é fonte formal secundária.

## **DIREITO AMBIENTAL**

Thiago Leite

**71.** João impetrou mandado de segurança contra ato de agente fiscal ambiental que apreendeu animal silvestre (papagaio-verdadeiro) adquirido irregularmente. João reconhece a origem ilícita da ave, mas alega que a adquiriu para seu filho pequeno há 06 (seis) meses, estando a ave adaptada ao convívio familiar. Alega, por fim, que o filho sente muita falta do papagaio. A ordem deverá ser:

- a) Concedida, tendo em vista a adaptabilidade do animal ao convívio familiar.
- b) Negada, diante da origem ilícita do animal silvestre.
- c) Negada, com base no princípio da pessoalidade da sanção.
- d) Concedida em parte para permitir visitas da família ao cativeiro do animal.

**72.** O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) de determinado estado da federação foi produzido pela área técnica da Secretaria do Meio Ambiente e por renomados professores da respectiva universidade estadual, sendo, portanto:

- a) Válido pela qualificada discussão presente na sua elaboração.
- b) Inválido, mas pode ser validado por ato da Assembleia Legislativa.
- c) Inválido, diante da ausência de participação do Ministério do Meio Ambiente representando o Poder Executivo Federal.
- d) Inválido, diante da ausência de ampla participação democrática.

**73.** Acerca da tríplice responsabilidade ambiental, assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade civil não admite a condenação simultânea e cumulativa das obrigações de fazer, de não fazer e de indenizar na reparação integral do meio ambiente.
- b) Segundo o entendimento do STF e do STJ, a responsabilidade penal da pessoa jurídica por crimes ambientais é condicionada à simultânea persecução penal da pessoa física, em tese, responsável no âmbito da empresa.
- c) O Superior Tribunal de Justiça (STJ) consolidou o entendimento de que a responsabilidade administrativa ambiental é subjetiva.
- d) Os responsáveis pela degradação ambiental são coobrigados solidários, formando-se, em regra, nas ações civis públicas ou coletivas, litisconsórcio necessário.

**Simuldo Juiz TRF 3º região - 14/11/2021**

**74.** Marcos é proprietário de um imóvel rural com vegetação de floresta no estado de São Paulo. Esse imóvel deixou de ter área de reserva legal porque o proprietário anterior a suprimiu. Nessa situação, Marcos:

- a) Deve reflorestar pelo menos 20% de sua propriedade.
- b) Não tem obrigação de reflorestar a referida área porque não foi ele quem causou a degradação.
- c) Deve reflorestar pelo menos 80% de sua propriedade.
- d) Deverá reflorestar 40% de sua propriedade, cabendo ao antigo proprietário reflorestar os 40% restantes.

**75.** No caso de uma empresa que pretenda iniciar atividade de mineração no estado de Mato Grosso do Sul, o Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EIA exigido para licenciar essa atividade deverá ser custeado:

- a) Pela empresa, competindo ao órgão licenciador a elaboração desse estudo.
- b) Pela empresa, assim como lhe compete a elaboração desse estudo e do respectivo relatório.
- c) Pelo órgão licenciador, que solicitará o ressarcimento da empresa.
- d) Pelo órgão licenciador em conjunto com a empresa, na proporção de 50% para cada parte.

**76.** O CONAMA faz parte do SISNAMA. Considerando-se a composição do SISNAMA e as suas atribuições, é correto afirmar que o CONAMA:

- a) Tem a função de assessorar o presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.

b) É órgão interestadual que detém a responsabilidade de executar programas e projetos e controlar e fiscalizar atividades capazes de provocar degradação ambiental.

c) tem a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.

d) Tem como finalidade deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.

**77.** A política nacional de recursos hídricos instituída pela Lei nº 9.433/1997, estabelece, como um de seus instrumentos:

a) A outorga onerosa dos direitos de uso dos recursos hídricos, conferida exclusivamente para geração de energia por pequenas centrais hidrelétricas, com potencial de geração de até 30 MW.

b) A possibilidade de cobrança pelo uso de recursos hídricos sujeitos a outorga, o que não se confunde com taxa ou tarifa cobrada pelo fornecimento domiciliar de água tratada e coleta de esgoto.

c) Os planos de recursos hídricos, elaborados de forma centralizada pela Agência Nacional de Águas (ANA) e de aplicação compulsória pelos Estados e Municípios que integrem a correspondente Bacia Hidrográfica.

d) A compensação aos Estados.

**78.** As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida:

a) Em decreto federal.

b) Na Constituição Federal.

c) Em lei do respectivo Estado.

d) Em lei federal.

**79.** Qual das unidades de conservação abaixo não necessita de consulta pública para ser criada?

- a) Área de proteção ambiental.
- b) Floresta Nacional.
- c) Estação Ecológica.
- d) Reserva Particular do Patrimônio Natural.

**80.** Concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atesta a viabilidade ambiental e estabelece os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação. Tal descrição se refere a que tipo de licença?

- a) Licença prévia.
- b) Licença de operação.
- c) Licença simplificada.
- d) Licença de instalação.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Rodolfo Penna

**81.** Sobre o acordo de leniência previsto na Lei Anticorrupção Empresarial (Lei 12.846/2013), quando realizado administrativamente:

- a) é nulo, pois apenas pode ser feito judicialmente.
- b) interrompe o prazo prescricional para responsabilização apenas em relação aos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção.
- c) tem o condão de restringir a obrigação de reparação integral do dano causado.
- d) é legítimo somente se houver comprovação de conduta culposa da pessoa jurídica.

**82.** Uma servidora pública federal é ré em ação de improbidade, na qual lhe é imputada a conduta de causar dolosamente dano ao erário mediante omissão no controle de gastos públicos com cartões corporativos. Foi proferida sentença condenatória, com a procedência parcial dos pedidos do MPF. Inconformada, a Defensoria Pública da União recorreu e procurou o MPF para firmar acordo de não persecução cível. De acordo com a jurisprudência do STJ sobre o tema:

- a) é possível a celebração em fase de recurso inclusive no âmbito do STJ, mediante homologação tribunal.
- b) não é possível a celebração do acordo no âmbito da ação de improbidade administrativa, mas é aplicável a delação premiada, desde que cumpridos os requisitos legais, e neste caso, homologação judicial.
- c) impossível a celebração do acordo, visto que a lei proíbe expressamente a sua realização em caso de sentença condenatória.
- d) não é possível de celebração do acordo em fase de recurso, em virtude da indisponibilidade do interesse público e da falta de interesse do órgão ministerial que já obteve sentença favorável.

**83.** No que diz respeito a desapropriação, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

- I - Configura desapropriação indireta quando o Estado realiza serviços públicos de infraestrutura em gleba cuja invasão por particulares apresenta situação consolidada e irreversível.
- II – Sob pena de desapropriação, é facultado ao Poder Público federal, exigir, nos termos de lei federal, que o proprietário ou possuidor de áreas urbanas não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas, promovam seu adequado aproveitamento.
- III – Se a coisa expropriada para fins de necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, não



**Simuldo Juiz TRF 3º região - 14/11/2021**

tiver o destino para que se desapropriou, ou não for utilizada em obras ou serviços públicos, caberá ao expropriado direito de preferência, pelo preço atual da coisa.

Estão corretos:

- a) I e III, somente.
- b) III, somente.
- c) I e II, somente.
- d) II e III, somente.

**84.** A edição, a alteração ou a revogação de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados, por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional será precedida de análise de impacto regulatório. Essa obrigação se aplica aos atos normativos:

- a) de natureza administrativa, cujos efeitos não sejam restritos ao âmbito interno do órgão ou da entidade.
- b) de efeitos concretos, destinados a disciplinar situação específica, cujos destinatários sejam individualizados;
- c) que disponham estritamente sobre política cambial e monetária.
- d) que disponham sobre segurança nacional.

**85.** Sobre a declaração de nulidade dos contratos administrativos, nos termos da Lei 14.133/2021, assinale a alternativa correta

- a) A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido e operará retroativamente, impedindo todos os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir e desconstituindo os já produzidos.
- b) Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade não poderá ser resolvida pela

indenização por perdas e danos, pois exige a apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.

- c) Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.
- d) A nulidade do contrato exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado após a data em que for declarada ou tornada eficaz, ressalvado outros prejuízos regularmente comprovados, que lhe seja imputável.

**86.** Em relação ao Processo Administrativo Disciplinar, responda.

- a) A autoridade administrativa pode aplicar a pena de demissão quando em processo administrativo-disciplinar, é apurada a prática de ato de improbidade por servidor público, tendo em vista a independência das instâncias civil, penal e administrativa.
- b) O prazo prescricional interrompido com a abertura do processo administrativo disciplinar voltará a correr imediatamente após a interrupção.
- c) Havendo absolvição na esfera penal por motivo de ausência de provas, o processo administrativo disciplinar deverá ser julgado improcedente.
- d) Na hipótese em que a autoridade superior verifica pessoalmente o cometimento de infração disciplinar pelo subordinado, poderá aplicar diretamente a penalidade cabível, independentemente de processo administrativo disciplinar.

**Simuldo Juiz TRF 3º região - 14/11/2021**

**87.** Nos termos da Lei 12.813/2013, configura conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:

- a) divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiro, obtida ou não em razão das atividades exercidas.
- b) exercer atividade que, em razão da sua natureza, seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, excluídas as atividades desenvolvidas em áreas ou matérias correlatas.
- c) atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados nos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) prestar serviços, desde que não eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada, fiscalizada ou regulada pelo ente ao qual o agente público está vinculado.

**88.** Acerca da jurisprudência do STJ sobre prescrição, julgue os itens a seguir.

- I - Nas hipóteses em que tenha havido o indeferimento administrativo, não se reconhece a perda do direito em razão do transcurso de tempo, pois a Administração tem o dever de orientar o administrado para que consiga realizar a prova do direito requerido, não havendo, assim, que se falar na caducidade desse direito em razão de um indeferimento administrativo que se revela equivocado na esfera judicial.
- II - No caso de inexistir manifestação expressa da Administração negando o direito reclamado não ocorre a prescrição do fundo de direito no pedido de concessão de pensão por morte, estando prescritas apenas as prestações vencidas no quinquênio que precedeu à propositura da ação.
- III - Quando houver o indeferimento do pedido administrativo de pensão por morte, o

interessado deve submeter ao Judiciário, no prazo de 5 (cinco) anos, contados do indeferimento, a pretensão referente ao próprio direito postulado, sob pena de fulminar o prazo prescricional do fundo do direito.

IV - Quando houver o indeferimento do pedido administrativo de pensão por morte, ultrapassado o prazo de cinco anos não se deve reconhecer a prescrição do fundo de direito, estando prescritas apenas as prestações vencidas no quinquênio que precedeu à propositura da ação.

Assinale o item certo.

- a) Todos estão corretos
- b) Apenas II e III estão corretos.
- c) Apenas I e IV estão corretos.
- d) Apenas I e III estão corretos.

**89.** Sobre os servidores públicos da União, assinale a alternativa correta.

- a) Servidores temporários fazem jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional.
- b) Não é possível a aplicação da teoria do fato consumado para manter o servidor no cargo que tenha tomado posse há décadas por meio de decisão liminar posteriormente revogada.
- c) Os pagamentos indevidos aos servidores públicos decorrentes de erro administrativo (operacional ou de cálculo) estão sujeitos à devolução.
- d) A definição de cargo técnico, para fins de acumulação remuneradas de cargos, dispensa conhecimento específico na área de atuação do profissional, com habilitação específica de grau universitário ou profissionalizante de 2º grau. Neste sentido, o STJ entendeu não ser possível a acumulação de um cargo público de professor com outro de intérprete e tradutor da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

**Simuldo Juiz TRF 3º região - 14/11/2021**

90. Acerca do Sistema Financeiro de Habitação, assinale a alternativa correta.
- a) Pactuada a correção monetária nos contratos do SFH pelo mesmo índice aplicável à caderneta de poupança, incide a taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) a partir da vigência da Lei n. 8.177/1991.
  - b) Nos contratos vinculados ao SFH, a atualização do saldo devedor antecede sua amortização pelo pagamento da prestação.
  - c) O mutuário do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) pode transferir a terceiros os direitos e obrigações decorrentes do respectivo contrato. A formalização de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão relativas a imóvel financiado através do SFH dar-se-á em ato posterior à transferência do financiamento respectivo.
  - d) É vedada a pactuação de capitalização de juros com periodicidade mensal nas operações realizadas pelas entidades integrantes do SFH.

**DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

Vanessa Arns

91. Considerando a imunidade de jurisdição e de execução do Estado estrangeiro e de seus bens e de organismos internacionais, assinale a alternativa correta:
- a) Não há imunidade de execução de bens de Estado estrangeiro para cumprimento de dívidas trabalhistas.
  - b) A imunidade absoluta de jurisdição de Estado estrangeiro em matéria trabalhista vigorou no Brasil até a promulgação da Constituição de 1988, sendo flexibilizada somente pelo art. 114, que estabeleceu a competência da Justiça do Trabalho para ações trabalhistas envolvendo entes de direito público externo.

- c) A imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro em matéria trabalhista foi flexibilizada no Brasil em função da evolução do costume internacional sobre a matéria.
- d) Organismos internacionais gozam de imunidade de jurisdição em igualdade de condições com Estados estrangeiros.

92. Considerando-se o instituto da expulsão e a lei 13.445/2017, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A Lei de Migração expressamente prevê que o estrangeiro cuja presença atente contra a segurança nacional e ordem pública pode ser expulso.
- b) A expulsão será feitas para o país de nacionalidade ou de procedência do migrante ou do visitante, ou para outro que o aceite.
- c) Nos casos de deportação ou expulsão, o chefe da unidade da Polícia Federal poderá representar perante o juízo federal, respeitados, nos procedimentos judiciais, os direitos à ampla defesa e ao devido processo legal.
- d) É inadmissível a expulsão de estrangeiro que possua filho brasileiro, dependente socioafetivo ou econômico, mesmo que o crime ensejador da expulsão tenha ocorrido em momento anterior ao reconhecimento ou adoção do filho.

93. Sobre o instituto da Extradicação, assinale a afirmativa correta.

- a) É possível a extradicação de brasileira nata, quando o pedido é fundado em tratado em vigor no Brasil.
- b) Brasileira nata somente pode ser extraditada no caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- c) É possível a extradicação de brasileira naturalizada, nos termos da Constituição Federal, e de estrangeira, considerada como tal a pessoa que

perdeu a nacionalidade brasileira por ter adquirido voluntariamente outra nacionalidade.

e) A extradição somente é possível quando fundada em tratado.

**94.** Considere que o Brasil assinou, recentemente, um tratado internacional que versa sobre direitos humanos. Tal tratado foi internalizado conforme procedimento previsto pela Emenda Constitucional 45, de 8 de dezembro de 2004. Qual a posição hierárquica desse tratado?

- a) Emenda Constitucional
- b) Legal
- c) Supralegal
- d) Infralegal

**95.** Juan Carlos, ex-deputado argentino, após deixar o cargo que exercia em seu país de origem, sabedor de que existe uma investigação em curso na Colômbia, opta por fixar residência no Brasil, pelo fato de ser estrangeiro casado com brasileira, com a qual tem dois filhos pequenos. Anos depois, já tendo se naturalizado brasileiro, o governo da Colômbia pede a sua extradição em razão de sentença que o condenou por crime praticado quando deputado.

Essa extradição:

- a) não poderá ser concedida, porque o Brasil não extradita seus nacionais naturalizados.
- b) não poderá ser concedida, porque o extraditando tem filhos menores sob sua dependência econômica.
- c) poderá ser concedida, porque o extraditando não é brasileiro nato.
- d) poderá ser concedida se o país de origem do extraditando tiver tratado de extradição com o Brasil.

**96.** Sobre o Mercado Comum do Sul, é incorreto afirmar:

a) O Tratado de Assunção foi firmado em 1991 para a Constituição de um “Mercado Comum do Sul” (MERCOSUL), fundado na reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados-Partes, implicando a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, respeitando a soberania de cada país e sem eliminar os direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias.

b) De acordo com o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL (Protocolo de Ouro Preto) são fontes jurídicas do Mercosul: o Tratado de Assunção, seus protocolos e os instrumentos adicionais ou complementares; os acordos celebrados no âmbito do Tratado de Assunção e seus protocolos; as Decisões do Conselho do Mercado Comum, as Resoluções do Grupo Mercado Comum e as Diretrizes da Comissão do Mercosul, adotadas desde a entrada em vigor do Tratado de Assunção.

c) Em matéria de impostos, taxas e outros gravames internos, os produtos originários do território de um Estado Parte gozarão, nos outros Estados Partes, do mesmo tratamento que se aplique ao produto nacional.

d) O Conselho é o órgão superior do Mercado Comum, correspondendo-lhe a condução política do mesmo e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a constituição definitiva do Mercado Comum.

**97.** Considerando-se as regras de Direito Internacional Privado e a Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro, aos bens móveis que o proprietário trouxe ao país ou àqueles que se destinarem a transporte para outros lugares aplicar-se-á a lei:

- a) do país que tiver regido a última transmissão de propriedade.
- b) de nacionalidade do possuidor de boa-fé.
- c) mais favorável ao adquirente.
- d) de domicílio do proprietário.

### **DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO**

Vanessa Arns

**98.** Em matéria de pedidos de alimentos por credor situado no Brasil e devedor em país diverso:

- a) Aplica-se a Convenção de Nova Iorque sobre Prestação de Alimentos no Estrangeiro de 1956.
- b) Aplica-se a Convenção da Haia sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família, de 2007.
- c) Aplica-se o Protocolo da Haia sobre Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos, de 2007.
- d) Todas as anteriores.

**99.** Considerando-se a Homologação de Sentença estrangeira, assinale a afirmativa incorreta.

- a) É passível de execução a decisão estrangeira concessiva de medida de urgência.
- b) Quando dispensada a homologação para que a sentença estrangeira produza efeitos no Brasil, a decisão concessiva de medida de urgência dependerá, para produzir efeitos, de ter sua validade expressamente reconhecida pelo juiz competente para dar-lhe cumprimento, dispensada a homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.
- c) A medida de urgência na homologação de sentença concedida sem audiência do réu poderá ser executada, desde que garantido o contraditório em momento posterior.

- d) O juízo sobre a urgência da medida compete exclusivamente à autoridade jurisdicional brasileira no exame do caso concreto.

**100.** Sobre a carta rogatória, assinale a afirmativa incorreta.

- a) O procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça é de jurisdição contenciosa e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal.
- b) A defesa restringir-se-á à discussão quanto ao atendimento dos requisitos para que o pronunciamento judicial estrangeiro produza efeitos no Brasil.
- c) A cooperação jurídica internacional para execução de decisão estrangeira dar-se-á por meio de carta rogatória ou de ação de homologação de sentença estrangeira
- d) Considerando-se o instituto da carta rogatória, é necessária a revisão do mérito do pronunciamento judicial estrangeiro pela autoridade judiciária brasileira.

## Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TRF3-14-11>

### NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

### CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

---